

A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES SOB A INFLUÊNCIA DO CAPITAL INTERNACIONAL: APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL¹

*Cílson César Fagiani²
Robson Luiz de França³
Antonio Bosco de Lima⁴*

RESUMO: Abordaremos a discussão sobre o processo de globalização do capital sob a égide do neoliberalismo e suas implicações na educação dos trabalhadores no Brasil e em Portugal, especialmente a partir da década de 1990. Guardadas as particularidades históricas, econômicas e sociais do Brasil e de Portugal, bem como a posição de cada um em blocos econômicos diferentes, ambos tendem a uma aproximação na atualidade quanto às políticas neoliberais, implementadas pelos seus respectivos governos, vinculadas às exigências de ajuste fiscal e promovidas pelos organismos financeiros internacionais como o FMI, BID e BM. Nesse quadro, o Estado deve ser reestruturado de forma a reduzir seu papel de mediador das relações entre capital e trabalho e proporcionar maiores espaços para a reprodução do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo e Educação. Globalização e Educação. Brasil e Portugal.

ABSTRACT: We'll cover the discussion on the process of globalization of capital under the auspices of neoliberalism and

¹ Esse artigo é uma versão revisada e ampliada do capítulo 1 da tese "Educação e Trabalho: Formação do Jovem Trabalhador no Brasil e em Portugal a partir da Década de 1990" de autoria de Cílson César Fagiani apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista FAPEMIG e CAPES.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ Professor da Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação. Pós-doutor em Política Educacional.

⁴ Professor da Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação. Pós-doutor em Filosofia e História da Educação. Pesquisador FAPEMIG e CNPq.

its implications on workers' education in Brazil and in Portugal, especially from the Decade of 1990. Saved the historical, economic and social particularities of Brazil and Portugal, as well as the position of each in different economic blocks, both tend to approach at present as to the neoliberal policies implemented by their respective Governments linked the requirements of fiscal adjustment promoted by international financial bodies like the IMF, IDB and WB. In this context, the State must be restructured to reduce its role as a mediator of the relationship between capital and labour and provide larger spaces for the reproduction of capital.

KEYWORDS: Neoliberalism and education. Globalization and education. Brazil and Portugal.

1. Gênese e expansão do capitalismo: algumas considerações

Para Mascaro (2013), o capitalismo é um sistema econômico, político, social e ideológico fundado no valor, nas trocas de mercadorias e exige uma formação política que se consolida no modelo de estado capitalista.

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. Em modos de produção anteriores não há uma separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente. [...] Somente com o aparecimento de uma instância estatal é possível a reprodução capitalista (MASCARO, 2013, p.17).

O Estado, portanto, serve aos interesses do capital na medida em que busca assegurar e promover a expansão deste e a reprodução do próprio modo de produção capitalista. O Estado, assim, é um instrumento estrito de uma classe, aquela que detém e se constitui em aparelho de estado na defesa dos interesses da classe que organiza, controla e subordina os meios de produção.

Tal argumentação ecoa de Mascaro (2013, p. 18), para quem, nas sociedades em que os meios de produção são apropriados por uma determinada classe social, o Estado acaba

por ser apropriado também por essa classe, a fim de gerir seus interesses econômicos. “O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada”.

Na sociedade capitalista, o Estado assume a função de impulsionar a política econômica, tendo em vista a consolidação e a expansão do capital, favorecendo interesses da classe burguesa. Destaca-se que essa função não é determinista e sem precedentes históricos. Pelo contrário, o Estado é formado a partir das relações sociais de produção, sendo elemento constituinte da sociedade na dinâmica das lutas de classe e por isso transforma-se na dinâmica dessa luta. De acordo com Mascaro (2013),

Dada a primazia das relações de produção, o Estado nesse contexto corrobora por alimentar a dinâmica da valorização do valor, como também, a seu modo, as interações sociais dos capitalistas e dos trabalhadores, tudo isso num processo contraditório. As classes burguesas, cujas frações são variadas, podem até mesmo constatar em interesses imediatos. As lutas dos trabalhadores, engolfadas pela lógica da mercadoria, ao pleitearem aumentos salariais, chancelam a própria reprodução contínua do capitalismo. O Estado, majorando impostos ou mesmo ao conceder aumento dos direitos sociais, mantém a lógica do valor. [...] Por isso a luta de classes revela a situação específica da política e da economia dentro da estrutura do capitalismo (MASCARO, 2013, p. 20).

Para uma melhor compreensão da constituição do Estado Moderno se torna importante a leitura dos clássicos. Segundo Francisco Weffort os clássicos da política do mundo moderno, como homens de pensamento de uma grande época da política, cada um a seu tempo, acompanharam a formação do Estado moderno, desde Maquiavel no século XVI, Hobbes e Locke, ambos no século XVII, Montesquieu, Rousseau, Madison, Hamilton e Jay no século XVIII e Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Marx no século XIX.

A reflexão sobre a gênese do Estado Moderno é, nos clássicos o caminho de uma ampla reflexão sobre a gênese da sociedade moderna. Mais do que uma imagem restrita sobre a ordem política eles nos oferecem cada qual ao seu modo, uma concepção sobre os indivíduos, a propriedade, a desigualdade, a religião, a moral, etc. (WEFFORT, 2011 p. 21).

Destaca-se também, na consolidação do Estado Moderno e das ideias liberais, a burguesia ascendente, a qual era partidária de tais ideais. Neste momento histórico, tem enorme influência as ideias de John Locke, que viveu entre os anos de 1632 até 1704, alcançando as revoluções liberais da época moderna. Suas ideias na composição da teoria dos direitos naturais são peculiares, segundo Mello (2011),

Em oposição à tradicional doutrina aristotélica, segundo a qual a sociedade precede o indivíduo, Locke afirma ser a existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza [...] Neste estado pacífico os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, numa primeira acepção genérica utilizada por Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano (MELLO, 2011, p. 68).

Ainda, segundo Norberto Bobbio (2000), encontra-se no livro Segundo Tratado sobre o Governo Civil elaborado por Locke, e publicado pela primeira vez em 1690, a primeira formulação de todas as ideias teóricas do Estado Liberal, podendo então ser conferido a John Locke o rótulo de “pai do liberalismo” (BOBBIO, 2000, p. 59).

Recorra-se também a um dos clássicos que se debruçaram para compor teses e concepções em um momento de consolidação da revolução russa, quando um novo modelo de Estado (o socialista) estava por ser erigido,

A doutrina do Estado serve para justificar privilégios sociais, a existência da exploração, a existência do capitalismo – e é por esta razão que seria um erro sem par esperar imparcialidade no tratamento deste problema, abordá-lo com a crença de que as pessoas que pretendem ser científica possam dar-vos uma opinião puramente científica sobre o assunto. Na questão do Estado, na doutrina do Estado, na teoria do Estado, quando vos tiverdes familiarizado com ela e a tiverdes aprofundado o suficiente, perceberéis sempre a luta entre classes diferentes, uma luta reflectida ou expressa num conflito de concepções do Estado, na consideração do papel e do significado do Estado (LÉNINE, 1975, p. 130).

A existência do Estado, desta forma prepondera e cobre as coisas sociais, pois o trato do Estado tem essência e existência para as coisas do privado, da propriedade particular, do controle sobre as classes sociais, sua rebeldia e resistência à exploração do trabalho. É por isso que em geral os aparelhos ideológicos do Estado, como a escola, a imprensa, a igreja e os sindicatos tem referendado uma postura que centralizada/emana do Estado o poder de controle social.

Assim, ao longo dos séculos, a teoria política liberal clássica juntamente com a teoria econômica clássica tornaram-se pressupostos fundamentais de organização da sociedade capitalista até os anos 1930, quando começam tomar corpo as teorias sobre um Estado forte e mediador no cenário político-econômico. Isso não significa que eram as únicas formas de pensar e organizar a sociedade, mas sim que foram se tornando hegemônicas no movimento histórico das lutas sociais, até serem questionadas a partir do final dos anos 1920, quando começou a ser construído o Estado do Bem Estar Social ou também chamado Estado de Compromisso, sob o regime fordista de produção (PREVITALI, 2011).

Até a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, esses anos foram marcados pela prosperidade das economias mundiais, mas de forma a acentuar a desigualdade socioeconômica. A parcela mais rica da população aumentava sua riqueza em oposição

ao empobrecimento da classe trabalhadora. Vale lembrar que nesse período houve um significativo crescimento tecnológico do processo produtivo através da introdução de novos modelos organizacionais e técnicos, com destaque para os princípios da Administração Científica de Taylor e a esteira rolante de Ford (PREVITALI, 2011). Essas inovações elevaram drasticamente a produtividade do trabalho no chão de fábrica sem a correlação salarial. Bihr (1998) destaca que nesse período, enquanto a produtividade do trabalho crescia a uma ordem de 6% ao ano nas economias capitalista, especialmente nos Estados Unidos, os salários mantiveram-se em níveis de meados do século XIX, qual seja, em torno de 2% ao ano.

Esses anos loucos iriam desembocar, inevitavelmente no crash de 1929-1930, expressão direta no plano financeiro da crescente distorção entre as capacidades de produção acumuladas e a demanda solvente [...]. A crise dos anos 30 marca, então, os limites da onda de acumulação com característica dominante intensiva da década de 20. Esta, em última análise, foi bloqueada pela taxa de exploração demasiadamente elevada que a tornara possível: um crescimento de salários reais insuficiente para equilibrar a acumulação do capital possibilitada pelo crescimento abusivo dos lucros (BIHR, 1998, p. 41-42).

Os anos 1920-30 revelaram que a “Grande Depressão” na verdade demonstrou/evidenciou o colapso total e o impasse do sistema capitalista mundial, que por sua vez se mostrou incompetente para manter as forças produtivas como eram anteriormente à crise. Ainda vale salientar que nos anos 1930, a saída encontrada pelos capitalistas veio pela Guerra (indústria armamentista e de gêneros relacionados) e também através da destruição massificada das forças produtivas, ou seja, do achatamento salarial e das condições de trabalho como forma de contribuir para o acúmulo de capital.

É nesse contexto que as teorias sobre um Estado forte e mediador começam a aparecer no cenário político-econômico. De acordo com Bihr (1998), após a crise de 1929 e especialmente

após a II Guerra Mundial, a classe burguesa se viu obrigada, para a manutenção do sistema capitalista, a renunciar ao liberalismo e aceitar as bases do compromisso fordista⁵. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora também renunciou à sua luta revolucionária pelo socialismo e aceitou discutir a dominação capitalista mediante a implementação de reformas sociais.

Para Harvey (1998), a teoria keynesiana do Estado representou uma ruptura com a teoria clássica até então porque apontava para a necessidade de uma intervenção e acompanhamento dos agentes econômicos. O Estado passou a intervir na economia, exercendo a função de regulador das relações entre capital e trabalho através do reconhecimento dos sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores e inseriu uma série de reivindicações trabalhistas. As reivindicações da classe trabalhadora se tornam direitos e amplia-se o espaço da democracia nos países do eixo ocidental europeu e nos Estados Unidos. A título de exemplo, na Inglaterra, apenas após a II Guerra Mundial, sob o governo trabalhista no Estado, é que a escola torna-se pública e laica e a educação passa a ser política pública de governo.

Essa forma de acumulação do capital, o regime fordista⁶ como foi denominado, começa a apresentar sinais de esgotamento já na década de 1960 e dá lugar a um novo regime de acumulação denominado por Harvey (1992) de acumulação flexível,

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores

⁵ Os pontos do compromisso podem ser resumidos na aceitação do Estado como mediador das relações capital e trabalho, na equidade entre aumento da produtividade do trabalho e os aumentos salariais de forma a não permitir crises de subconsumo e na implementação de benefícios sociais pelo Estado. Consultar Harvey (1992), Bihl (1998) e Antunes (2000).

⁶ Denominação desenvolvida pela Escola de Regulação Francesa. Ver Harvey (1992).

de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobre tudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...] (HARVEY, 1992, p. 140).

Para Antunes (2000) a denominada crise do fordismo e de sua estrutura de mando, o keynesianismo, foi a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, relacionado à crise estrutural do capital, com destaque para a tendência decrescente da taxa de lucro e do valor de uso das mercadorias.

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] a isso se seguiu também intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2000, p. 31).

Com o declínio do compromisso fordista a partir do final dos anos 1970, a classe burguesa vem conquistando maiores espaços de atuação para o capital, impondo-se na luta de classes contra o trabalho o que implica no retrocesso de conquistas sociais adquiridas ao longo de um processo histórico.

2. A globalização e o neoliberalismo

Deve-se considerar que a globalização⁷ não leva o Estado-Nação ao declínio, mas recria as relações de poder e equilíbrio

⁷ Alguns autores, com destaque para Chesnais (1998) denominam essa nova onda de expansão do capital a partir da década de 1980 de mundialização. Nesse trabalho optou-se por utilizar o conceito de globalização.

de forças entre a esfera pública e privada, na produção de mercadorias nacional e internacionalmente. A globalização é intrínseca ao capitalismo enquanto modo de produção. Tal fenômeno foi observado por Marx (2003), quando afirma que no capitalismo existe a necessidade de um mercado constantemente em expansão, o que impele a burguesia a invadir todo o globo e recriar os espaços de dominação.

A globalização existente desde os primórdios do capitalismo assume a partir do final dos anos 80 do século XX⁸ novas características, as quais se aprofundam cada vez mais ao longo do século XXI. A globalização expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial (IANNI, 2011). Ela envolve a transnacionalização dos mercados apoiada fortemente nas novas tecnologias de informação e também nas políticas neoliberais. Segundo Frigotto (2012, p. 41-42),

[...] a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), sobre égide da força desigual do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e pela hegemonia do capital-financeiro (capital-dinheiro), que circula, como uma nuvem, de um polo a outro do planeta, facilitando pelas redes de informação, sob a tecnologia microeletrônica, em busca de valorização. Estima-se que circulem por dia no mundo mais de 3 trilhões de dólares, capazes de, de uma hora para outra, quebrar bancos e desabilitar economias nacionais.

Cumpramos ressaltar que o neoliberalismo acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas (MORAES, 2002). As teses liberalizantes, manifestas na centralidade do mercado

⁸ O grande avanço deve-se a queda do muro de Berlim, ao fim do socialismo, a expansão do capitalismo e do neoliberalismo, após a Segunda Grande Guerra Mundial e com o avanço da Comunidade Comum Européia (STIGLITZ, 2007).

como agente regulador e do declínio do Estado, demonstram uma crescente concentração de capital sob o poder de bancos privados e empresas transnacionais à custa do retrocesso de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Para Coggiola (2012), com a globalização e o desenvolvimento da economia do rentista internacional, os Estados se endividaram tomando grandes somas emprestadas de instituições financeiras para pagar juros aos rentistas a taxas estabelecidas por outro braço do governo, os bancos centrais. O acúmulo de grandes dívidas públicas conferiu aos interesses financeiros e bancários o poder de direcionar a política social e econômica, processo originado na sobre acumulação de capital. Estudiosa dos processos de privatização e da emergência dos fundos de pensão privados, Granemann (2008, s/p) considera que,

[...] o fetiche da iniciativa privada aplicado ao Estado tem o 'mérito' de ocultar a essência dos processos que o Estado do capital deseja legitimar: ao tentar prender-nos à forma desviamos-nos do fundamental, do essencial. A forma é a fundação estatal, o conteúdo é a privatização dos serviços sociais, das políticas sociais, dos direitos dos trabalhadores. As fundações estatais são formas atualizadas das parcerias público-privadas, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), das Organizações Sociais (OS), das Fundações de Apoio e de numerosas outras tentativas que sempre tentam repetir o mesmo – privatizar - sob emblema diverso para que a resistência dos trabalhadores seja vencida (GRANEMANN, 2008).

O processo de globalização sob o neoliberalismo se torna expressivo especialmente a partir da década de 1990, quando é marcado por forte expansão dos meios informatizados, tanto nos sistemas produtivo, financeiro e de entretenimento. Tal expansão também resulta na facilidade do capital financeiro se deslocar por entre as fronteiras dos países e uma nova política internacional é elaborada e imposta pelo grande capital representado por poderosas organizações financeiras. O elemento novo é a informatização, não a expansão, pois segundo Ianni (2001),

Desde que o capitalismo desenvolveu-se na Europa, apresentou sempre conotações internacionais, multinacionais, transnacionais e mundiais, desenvolvidas no interior da acumulação originária do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, da dependência e da interdependência (IANNI, 2001, p. 14).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009) tem início já nos anos 1960 uma paulatina e crescente “vingança do capital”⁹ contra os processos externos, os mecanismos políticos e econômicos de regulação de suas crises cíclicas, as políticas keynesianas associadas ao sistema fordista construído desde os anos 1930. Para os autores, essas políticas tiveram origem “nas contradições do sistema capitalista, na luta organizada dos trabalhadores em muitos países, constituindo-se como estratégia de enfrentamento do risco da expansão do bloco socialista” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2009, p. 6).

Para Frigotto (2012, p. 42),

Vinculada ao monopólio crescente de base científica e tecnológica, a globalização permite uma verdadeira “vingança” do capital contra o trabalho. De um lado, a nova base tecnológica, marcadamente flexível, permite um rápido deslocamento de investimentos produtivos de uma parte para outra do mundo (desterritorialização do capital) para buscar vantagens nas taxas de lucro e, de outro lado, aumenta exponencialmente a intensidade do capital morto e a conseqüente diminuição do capital vivo, força de trabalho. Com estas armas o capital vem desmobilizando e minguando a organização e o poder sindical que é forçado a negociar direitos conquistados por uma garantia mínima do emprego. Amplia-se, nesse contexto, a possibilidade de superexploração da força de trabalho.

Um modelo de sociedade econômica é imposto de maneira globalizada incluindo e excluindo mercados de forma desigual e seguindo os princípios históricos do capital de expressar e

⁹ Grifos dos autores.

desenvolver a contradição entre a produção de valores de uso e sua realização como valores de troca. Segundo Antunes (2000, p. 33),

Essa lógica destrutiva, ao reconfigurar e recompor a divisão internacional do sistema do capital, traz como resultado a desmontagem de regiões inteiras que estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial e produtivo, derrotadas pela desigual concorrência mundial.

É importante destacar a ocorrência de dois acontecimentos marcantes no século XX, a Grande Depressão de 1930, que resultou em uma queda expressiva no comércio entre os países, queda de aproximadamente 68%, e a Segunda Guerra Mundial pela qual os países ficaram amplamente destruídos.

Esses acontecimentos levaram, em 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, nos Estados Unidos da América, a criação de duas instituições internacionais denominadas Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial (BM), e Fundo Monetário Internacional (FMI) de cunho financeiro e com o objetivo de garantir o comércio entre os países, através de empréstimos e assessoria técnica àqueles que precisassem. Tal relação seria então pautada por documentos assinados pelas partes, de comprometimento internacional, descrevendo metas a serem alcançadas e desta maneira, induzindo políticas econômicas em países de todo o planeta (IMF, 2015).

Outra instituição de ações semelhantes é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabelecido em 1959 com a parceria de 19 países da América Latina e os Estados Unidos da América. Hoje é composto por 47 países membros distribuídos por todo o mundo (BID, 2015).

Chomsky, numa análise sobre os novos senhores da humanidade, mostra que se no início do capitalismo

Os mercadores e manufactureiros eram os principais arquitetos da política de Estado, utilizando seu poder para levar desditas terríveis aos vastos reinos que

subjugavam, em nossa época os senhores são, cada vez mais, as corporações supranacionais e as instituições financeiras que dominam a economia mundial incluindo o comércio internacional (CHOMSKY, 1993, p. 6-18).

Dada a facilidade de deslocamento e expansão do capital financeiro, o capital busca força de trabalho em lugares que possibilitam cada vez maior precarização desta, em função de diferentes fatores tais como: menores salários, piores condições de trabalho, maior desregulamentação das leis trabalhistas e menor proteção social por parte do Estado. Tal expansão implica em uma divisão internacional do trabalho e peculiares relações econômicas entre os países. Para Previtali et al (2012), passa haver maior interpenetração e interdependência das economias centrais, juntamente com um maior grau de concorrência, resultando em um processo de especialização das empresas e uma divisão do trabalho que tende a se sobrepôr sobre aquela baseada na troca entre matérias-primas e produtos industrializados, desenvolvendo uma divisão fundada na oposição entre os setores indústrias.

Na relação de forças entre os países são formados blocos de países sob as mesmas bases econômicas e sociais com objetivos de aumentar a força destes na concorrência internacional do capital, porém, reproduzindo dentro dos blocos a mesma relação de exploração globalizada, num movimento desigual e combinado de expansão do capital (ANTUNES, 2000).

Para Antunes (2000) o processo de reorganização do capital incorpora os países de industrialização intermediária como são exemplos os denominados “novos países industrializados” (ANTUNES, 2000, p. 32), dos quais se destacam os asiáticos, porém, numa posição de total subordinação e dependência.

Na formação dos blocos, a pretensa proteção à seus participantes, faz com que os países se submetam às regras que implicam em situações monetárias que os países menos industrializados, mais marginalizados, não possuem. Para alcançar tais exigências esses países se submetem a empréstimos financeiros elevados e de consequências drásticas nas condições sociais internas de sua população.

As poderosas instituições internacionais financeiras credoras como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento emprestam o dinheiro, porém, junto com o contrato de empréstimo exigem austeridade fiscal e até autorização para auditar as contas do país. O que significa que após certo período são enviados auditores ao país para verificar as contas do governo e conferir o cumprimento das metas explicitadas nos contratos. Aos credores, não importa o custo social ao país em questão para atingir as metas acordadas.

De acordo com Lucena e França (2013), o plano Brady¹⁰ consolidou a instauração do Neoliberalismo na América Latina, pois condicionou aos países que a ele aderiram, a necessidade de reformas estruturais, liberalização de mercados nacionais e rediscussão do Estado nacional, estratégias essas alinhadas aos interesses da reprodução do capital em larga escala em nível internacional. Países latino-americanos como Chile, México, Argentina e Brasil aderiram ao plano, que incluía como diretriz fundamental a liberdade irrestrita ao capital e a liberalização do comércio exterior. Essas medidas visavam gerar novos espaços para acumulação do capital, num momento em que estava em mais uma de suas crises cíclicas.

É nesse contexto que a educação no Brasil em particular e no mundo em geral, como será exemplificado no caso de Portugal, passa por um processo de privatização e mercantilização, sob o argumento de superação da ineficácia, burocracia e corrupção do Estado, tendo como contraponto a eficiência, liberdade, criatividade, dinamismo e empreendedorismo da iniciativa privada (CABRITO e SILVA JR, 2012; RAIMANN, 2014).

A educação no Brasil deve assim, ser entendida, numa perspectiva e dinâmica internacionalizada, na qual, a partir dos anos de 1990 os organismos internacionais implicam demandas

¹⁰ Programa elaborado no final da década de 1980, voltado à renegociação da dívida externa dos países devedores. Foi divulgado pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Frederick Brady, em março de 1989 e tinha como proposta o abatimento das dívidas externas contraídas por países devedores mediante a troca de títulos por bônus novos, denominados como Bradies. Consultar Lucena e França (2013).

reestruturativas nos planos da previdência social, no aparelho de estado brasileiro, que passa a ser denominado gerencial, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LIMA, 2010).

3. A educação sob a influência do capital internacional.

O Brasil apresenta um histórico de endividamento com bancos internacionais muito longo, ou seja, já iniciado em 1824, após a declaração de sua independência, quando tomou emprestado uma quantia de 3 milhões de libras esterlinas da Inglaterra. Conhecido como “empréstimo português”¹¹ teve como objetivo cobrir dívidas do período colonial, as quais se elevaram muito com a vinda da família real ao Brasil em 1808 e atingiu situação crítica quando esta partiu para Portugal em 1821, e que na prática nada mais era do que um pagamento à Portugal pelo reconhecimento da independência brasileira e também o reconhecimento da soberania brasileira por parte dos ingleses. No período imperial, entre os anos 1824 e 1888 foram contraídos ao todo 15 empréstimos, muitos com objetivos de sustentação financeira, ou seja, para pagar juros e dívidas anteriores (SILVA, 2009). Durante a República o cenário não mudou, entre negociações e novas contrações de empréstimos em 1934 a dívida brasileira batia a casa dos 237 milhões de libras esterlinas (HISTORIANET, 2015).

Nos anos 1930 as relações com os norte-americanos se tornaram estreitas ao ponto dos empréstimos começarem a ter como fonte os Estados Unidos da América em detrimento da Inglaterra. No período pós-golpe militar, especificamente na segunda metade dos anos 1960, o cenário não muda, e não obstante as taxas da economia estarem elevadas e mesmo por isso, novos empréstimos são contraídos para sustentar o chamado “milagre econômico”¹² (HISTORIANET, 2015). A dívida externa

¹¹ Grifos do autor.

¹² Grifos do autor.

(pública e privada) sofreu um aumento de 37,5% passando de 3,2 bilhões de dólares em 1964 para 4,4 bilhões de dólares no final de 1969 e até 1975 apresentou um crescimento de 400% chegando aos valores de 21,2 bilhões de dólares (MOLLO apud PEDRAS, 2009).

As últimas operações financeiras de tomada de crédito entre o Brasil e o FMI ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ministro Pedro Malan nos seguintes anos e respectivas quantias negociadas: 1998/20 bilhões de dólares, 1999/32 bilhões de dólares e 2002/30 bilhões de dólares (BRASIL247, 2015).

Segundo Chomsky apud Frigotto (2010) a expansão financeira do capital através dessas instituições financeiras internacionais, disseminam políticas, definidas pelas mesmas, que não beneficiam os que delas precisam, mas exclusivamente os “homens de negócio”¹³.

Os programas ditados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial já ajudaram a dobrar a brecha entre os países ricos e pobres desde 1960. As transferências de recursos dos países pobres para os ricos chegaram a mais de US\$ 400 bilhões entre 1982 e 1990, o equivalente, em valores atuais, a mais ou menos seis Planos Marshall “fornecidos pelo sul ao norte” (CHOMSKY apud FRIGOTTO, 2010, p. 92).

Para o Brasil, um importante documento de orientação de desenvolvimento socioeconômico regional, já que foi feito pensando na América Latina, teve origem em reunião realizada em Washington, em 1989, onde se sentavam na mesma mesa representantes de governos de países em desenvolvimento e desenvolvidos, ministros da Fazenda, representantes das instituições financeiras internacionais e presidentes de bancos centrais. Tal documento é denominado Consenso de Washington e descreve um modelo de reforma a ser aplicada pelos países já devedores e que precisem de mais empréstimos dos credores internacionais (SILVA, 2005).

¹³ Grifos do autor.

Com diagnóstico que apontava para a vulnerabilidade apresentada pela situação dos países da América Latina trazia em um conjunto de medidas, chamadas de “as reformas de primeira geração”¹⁴, amplamente neoliberais, dentre as quais se destacam aqui algumas:

- A disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários,
- A reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos,
- Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores,
- Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e a desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas. (KUCZYNSKI e WILLIAMSON apud SILVA, 2005).

O Brasil, embora não tenha aceitado de imediato tais medidas, aplicou-as de forma muito contundente na década de 1990. Merece destaque também, neste mesmo contexto, a relação do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em ação conjunta com o governo brasileiro, em seus três níveis, municipal, estadual e nacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem como estratégia o desenvolvimento, por meio do setor privado, dos diferentes setores econômicos e sociais, tais como os de desenvolvimento rural e urbano, saúde, educação, modernização do estado, transporte e comércio, entre outros. Em documento (BID, 2012) que traz as estratégias de ação do banco com o Brasil destacam-se como as prioritárias,

¹⁴ Grifos do autor.

A estratégia reflete as prioridades compartilhadas entre o Governo (PPA) e o Grupo BID (GCI-9) e estabelece um equilíbrio entre a definição de seis grandes objetivos estratégicos: (i) estimular a inclusão social e produtiva; (ii) melhorar as condições de infraestrutura no país; (iii) fomentar o desenvolvimento de cidades sustentáveis; (iv) aprimorar a capacidade institucional dos entes públicos; (v) incrementar a gestão sustentável de recursos naturais e as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e (vi) promover o desenvolvimento por meio do setor privado. O Banco atuará com os três níveis de governo, com ênfase nos subnacionais (BID, 2012, p. 1).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem sido o principal credor internacional para o setor público do Brasil. Em dados do banco até 2012, os empréstimos em execução consistiam em 105 operações de crédito com um montante de 8.56 bilhões de dólares aprovados (BID, 2012).

Na Área da Educação, desde a fundação do banco em 1959, observa-se no gráfico 1 que a década de 1990 foi a que apresentou um maior volume de dinheiro nas relações de empréstimos e cooperação técnica entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (IDB, 2015)

Atrelando suporte econômico à adesão às suas recomendações de maior rigor em termos de gestão pública e contenção orçamental através de diversos tratados, essas instituições promovem a difusão e adoção dos ingredientes da chamada Nova Gestão do Estado (HOOD, 1995), ou ainda Estado Gestor ou Managerista (CARVALHO, 2006), fundadas na ideologia neoliberal. Com tais medidas observa-se a ênfase do controle do Estado sobre os profissionais, através de restrições ao seu poder, com base no aumento do controle sobre os orçamentos disponíveis e no aumento das prescrições centrais acerca dos processos de prestação de serviços, seguindo-se uma imposição da disciplina de mercado e cultura empreendedora. Princípios que precarizam os serviços públicos, notadamente a educação e a saúde públicas.

Destaca-se que o Estado não deixa de ser um agente regulador. O que muda é o foco da regulação que passa a ser a desregulamentação das relações entre trabalho e capital concomitantemente a abertura e garantia de novos caminhos para a acumulação do capital. Essas determinações fizeram emergir um período na história que entre outras consequências, tem se caracterizado pela destruição de direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, pelo enfraquecimento da luta coletiva e pelo agravamento das desigualdades sociais. Neste contexto estimula-se uma educação dual, uma voltada para os trabalhadores com ênfase na Educação Profissional e outra voltada para as classes dominantes no Ensino Superior público (FAGIANI, 2016).

Portugal, país vulnerável e periférico no bloco econômico europeu recorreu também à ajuda destas instituições financeiras e teve suas condições sociais, econômicas e educacionais amplamente agravadas em particular pelo desmonte do Estado Social (VARELA, 2013).

Desta feita, Portugal aderiu ao Fundo Monetário Internacional em 1960 e tomou dinheiro emprestado por três vezes, em 1977, em 1983 e a terceira vez, bem mais recente, em 2011. Nesta última situação, Portugal, em condições ruins economicamente, pioradas depois da entrada na zona do euro¹⁵, pediu dinheiro emprestado ao FMI, de aproximadamente 26 bilhões de euros, e também recorreu a Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu onde obteve um empréstimo de até 52 bilhões de euros (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2011; IMF, 2011).

¹⁵ Amaral analisa três períodos distintos no processo de entrada na zona do euro por Portugal, um primeiro em que o impacto foi positivo, com crescimento econômico, o segundo de preparação para a moeda única o que gerou problemas de competitividade externa à política macroeconômica seguida e às transformações do comércio mundial e o terceiro, que se estende até os dias atuais, em que a economia portuguesa entrou em crise e o elevado nível de endividamento condiciona as possibilidades de crescimento futuro. Para maiores detalhes ver AMARAL, J. F. O Impacto Econômico da Integração de Portugal na Europa, 2006.

Tais instituições formaram um conjunto de credores denominados de Troika, para a qual Portugal teria que se submeter às políticas determinadas no programa do empréstimo com supervisão periódica de resultados, feitas por visitas dos técnicos ao país em tempos determinados. Neste último empréstimo as supervisões estão previstas para ocorrer até 2021 (EXPRESSO, 2014).

Essa política baseada unicamente na recuperação econômica impõe sérios riscos às condições sociais e à diminuição da qualidade de vida de seus cidadãos já que estão amplamente constituídas e voltadas para privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e diminuição dos gastos públicos, principalmente no que se refere aos recursos humanos, seja com programas de demissão voluntária, reorganização das funções causando sobrecarga de trabalho e até diminuição direta dos rendimentos e benefícios já adquiridos. Dessa maneira os setores da saúde e educação públicas são muito afetados e tem a qualidade drasticamente diminuída. Neste início do século XXI, Portugal passa por uma reorganização (Agrupamento e Reagrupamento) das escolas públicas e por uma Reforma da Formação Profissional, ações que têm por objetivos a diminuição de custos e a vinculação total do sistema educacional a uma formação profissional (FAGIANI, 2016). Somando-se a estas situações temos a entrega de empresas de fornecimento estratégico de bens de sobrevivência à iniciativa privada, tais como as de fornecimento de energia, gás, água, transportes e telecomunicação.

Do ponto de vista do FMI, Portugal está no caminho certo e deve aprofundar as reformas rumo às privatizações. De acordo com um comunicado oficial do órgão emitido na imprensa em 12 de Fevereiro de 2014 (FMI, 2014):

É de louvar o empenhamento das autoridades portuguesas na execução do programa apoiado pelo FMI, não obstante os recentes contratempos jurídicos. As autoridades promulgaram um orçamento para 2014 que é coerente com os objetivos do programa e introduziram medidas para compensar a componente da reforma das pensões [...] Será preciso resistir às pressões para o aumento da despesa pública e dar seguimento aos

esforços para racionalizar a administração pública e reduzir a brecha entre as transferências sociais e as contribuições.

A “resistência às pressões” referida no comunicado está direcionada à resistência do governo aos movimentos sociais e de sindicatos contra as reformas quer seja através de ações de inconstitucionalidade no plano jurídico, quer seja através de manifestações sociais e greves. Segundo o órgão da segurança pública representado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) em 2012 ocorrem 579 manifestações em Lisboa (DIÁRIO DIGITAL, 2013).

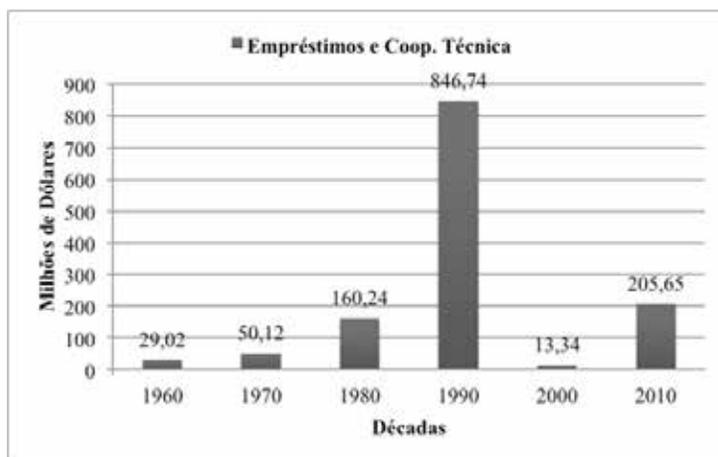
Na América Latina, em particular no Brasil, observam-se programas de governo que incentivam à iniciativa privada em atividades educacionais, no ensino superior com financiamentos dos custos dos cursos particulares e com bolsas de estudo e na educação profissional com bolsas de estudo.

No caso do ensino superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado em 2005 (LEI nº 11.096), tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais. Até 2014 já atendeu 1,4 milhões de estudantes sendo 70% com bolsas integrais. No primeiro ano, em 2005, o programa ofertou 112.275 bolsas e em 2014 foram ofertadas 306.726, apresentando um aumento de 173% em uma crescente evolução durante o período (Gráfico 2).

Outro programa é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), institucionalizado em 2001 (LEI n. 10.260) para financiamento dos custos dos cursos superiores nas instituições particulares, que em 2014 se tornou o maior item de despesa em educação do governo federal, a exceção com gastos em pessoal, com 15% do total e uma quantia de 13.769 milhões de reais. Sua evolução no período de funcionamento, desde 2004, apresentou tímido crescimento até 2010 e uma explosão a partir de então, até 2014 (Gráfico 3).

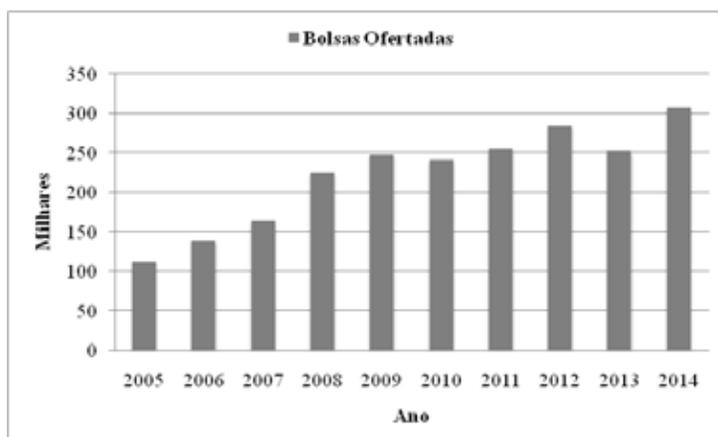
Vale ressaltar que no primeiro semestre de 2015 os dois programas, PROUNI e FIES juntos, ocuparam 69% das vagas no ensino superior, ou seja, verba destinada às instituições particulares e 31% foram ocupadas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), este destinado às instituições públicas (G1, 2015).

Gráfico 1. Volume de dinheiro envolvido em empréstimos e cooperação técnica para o Brasil tomados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento na Área da Educação dentro das décadas desde 1959.



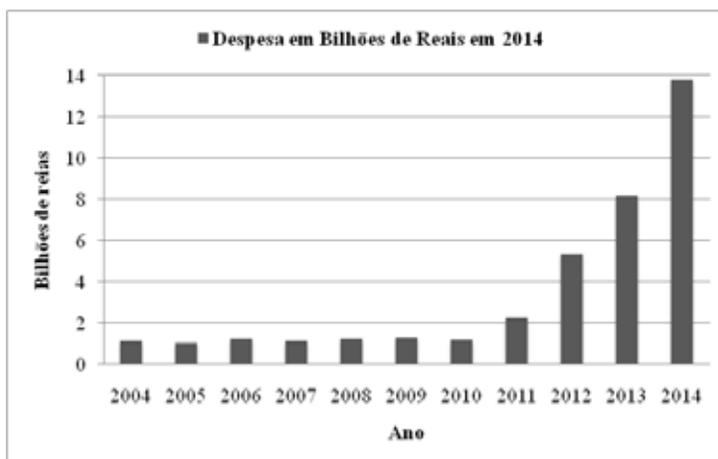
Fonte: Elaborado a partir de dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB, 2015).

Gráfico 2. Bolsas de estudos integrais e parciais ofertadas pelo Governo do Brasil no Programa Universidade para Todos desde a sua institucionalização.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema PROUNI (2015).

Gráfico 3. Despesas do governo federal do Brasil com o programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) desde o início de seu funcionamento em 2004 até 2014.



Fonte: Elaborado a partir de MENDES (2015) com dados do Sistema Siga Brasil e IBGE, com deflator IPCA junho a julho de 2014.

Assim, não apenas no plano do discurso, mas também nas ações, os documentos da área dos credores enfatizam o papel da educação privada e, ao mesmo tempo, a necessidade de formação de trabalhadores flexíveis, adaptáveis às rápidas inovações tecnológicas, conferindo empregabilidade a estes e competitividade às empresas (IMF, 2011 e WBG, 2011).

Em documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe intitulado Estratégias Sobre a Política Social para Equidade e Produtividade (2011), que apresenta como prioridade a melhoria da qualidade da escola, destaca-se:

To maximize the impact of this Strategy the Bank will seek the participation of the private sector both through the IDB's internal windows as well as through the mobilization of external resources, including through private foundations and corporations. The Bank will also work closely with other donors and multilateral

institutions to identify comparative advantages and avoid the duplication of efforts (IDB, 2011, p. 36)¹⁶.

No Brasil, a proposta de empréstimo feita ao BID pelo governo municipal de Manaus/AM (2014) inclui, no projeto, objetivos de expansão e melhoria da qualidade do sistema de educação pública em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Tal proposta foi aprovada com as condições de alinhamento do projeto aos documentos do banco,

Strategic alignment of the program. The program is aligned with the Bank's country strategy with Brazil (2012-2014) (document GN-2662-1), as part of the objective of fostering social inclusion in the priority sector of education, and is included in the 2014 Operational Program Report Update (document GN-2756-2). It will also contribute to the poverty reduction and equity enhancement lending priority of the IDB's Ninth General Capital Increase (GCI-9) (document AB-2764). It will contribute to the regional targets for the share of young people ages 15 to 19 who finish 9th grade and to the following outputs: (i) students benefiting from educational projects; and (ii) teachers trained. It is aligned with the Bank's Strategy for a Social Policy for Equity and Productivity (document GN-2588-4), linking improved educational quality and investment to effective early childhood development. According to the Education and Early Childhood Development Sector Framework Document (document GN-2708-2), it fits in with four priority dimensions for the Bank's intervention in education: (i) the high targets for student learning guide the provision and monitoring of educational service on all levels; (ii) new students join ready to learn; (iii) all

¹⁶ Tradução: Para maximizar o impacto desta estratégia, o Banco procurará a participação do setor privado ambos através da janela interna do BID assim como através da mobilização de recursos externos, incluindo fundações e corporações privadas. O Banco também irá trabalhar estreitamente com outros doadores e instituições multilaterais para identificar as vantagens comparativas e evitar a duplicação de esforços.

students have access to effective teachers; and (iv) all schools have adequate resources and are able to use them for learning. (IDB, 2014, p. 5)¹⁷

Nesta nova fase do modelo capitalista, na qual contemplam-se o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias no sistema produtivo, o que está ocorrendo de forma muito acelerada é a inovação no mundo do trabalho, com o surgimento de diferentes tipos de trabalho, que nem sempre tem a mercadoria concreta sendo produzida. Busca-se, como esperado, maior produtividade na competitividade sem freio para a acumulação do capital. Esta nova fase do capital se volta para os sistemas educacionais e de maneira também globalizada, no arcabouço dos princípios originais do modelo capitalista, planeja e avança com este planejamento na mesma relação de dominantes e dominados na conjugação do trabalho e educação, com objetivo de garantir a força de trabalho demandada pelo momento atual e manter a estrutura de classes, agora globalizada. Segundo Sanfelice (2008, p. 79),

¹⁷ Tradução: Alinhamento estratégico do programa. O programa está alinhado com a estratégia de país do banco com o Brasil (2012-2014) (documento GN-2662-1), como parte do objetivo de promover a inclusão social no setor prioritário da educação, e está incluído na atualização de relatório operacional do programa de 2014 (documento GN-2756-2). Também contribuirá para a redução da pobreza e melhoria da equidade, prioridade do Nono Aumento Geral de Capital do BDI (GCI-9) (documento AB-2764). Contribuirá para as metas regionais na participação dos jovens de idades entre 15-19, que terminaram o 9º ano nas seguintes atividades: (i) os alunos beneficiam de projetos educativos; e (ii) professores treinados. Ele está alinhado com a estratégia do Banco para uma Política Social para Equidade e Produtividade (documento GN-2588-4), vinculando a melhoria da qualidade educacional e investimento para desenvolvimento eficaz na primeira infância. De acordo com o Documento de Desenvolvimento da Estrutura do Setor Educação Infantil (documento GN-2708-2), ele se encaixa em quatro dimensões de prioridade para a intervenção do banco na educação: (i) as metas principais para a aprendizagem do aluno orientando a prestação e monitoramento de serviço educativo em todos os níveis; (ii) novos alunos prontos para aprender; (iii) todos os alunos ter acesso a eficientes professores; e (iv) todas as escolas terem recursos adequados e prontos para serem utilizados no aprendizado.

A globalização, a mundialização e a transnacionalização – fenômeno econômico, político, social e cultural – trouxeram consigo a revolução tecnológica, a reestruturação do trabalho produtivo, a reorganização mundial da produção e do trabalho. O rol de perguntas que emergiram no campo da Educação passou a ser inusitado. Ante todos os novos componentes da capacidade histórica capitalista de ainda sobreviver, como se situa a Educação nessa “nova” ordem? Os estudos sobre as políticas educacionais induzidas pelas Agências, sobre os pressupostos teóricos da “nova pedagogia da hegemonia”, sobre a formação para o trabalho – qual trabalho? – a formação dos educadores, os parâmetros curriculares, os temas transversais, os sistemas de avaliação, a educação a distância, a especialização *versus* a formação geral, o financiamento, os níveis de ensino e dezenas de outras possibilidades demonstram que os “novos tempos” pautam, com destaque, a Educação.

Portanto, a discussão da relação entre o movimento de internacionalização do capital e a educação dos trabalhadores se mostra necessária tendo em vista o avanço do capital em direção a um elemento básico na formação do trabalhador que é o sistema educativo.

Referências

AMARAL, J. F. O Impacto Econômico da Integração de Portugal na Europa. In: *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Outono-Inverno 2006. N. 115 3. Série. p. 113-128.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2000.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Brasil Estratégia do Bid com o País 2012- 2014*. 2012. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36850901> . Acesso em: 05 mar. 2015.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Países Membros*. 2015. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-,6291.html>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo. 1998.

BOBBIO, N. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant 2*. Mandarin: São Paulo, 2000.

BRASIL247. *Há 12 Anos, Brasil Pedia o Colo do FMI Pela Última Vez*. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/149113/Há-12-anos-Brasil-pedia-o-colo-do-FMI-pela-ultima-vez.htm>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CABRITO, B. G. ; SILVA JR. J. R. Brasil e Portugal: Financiamento da Educação Superior e da Pesquisa, In.: LUCENA, C. e SILVA JR. J. R. (Orgs) *Trabalho e Educação no Século XXI – Experiências Internacionais*. SP: Xamã, 2012, p. 159-178.

CARVALHO, M. T. G. *A Nova Gestão Pública, as reformas no sector da saúde e os profissionais de enfermagem com funções de gestão em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas. 2006, p. 38-39.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã. 1998.

CHOMSKY, N. *Novos Senhores da Humanidade*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, SP. 35 abr. 1993 Caderno Mais, p. 6-18.

COGGIOLA, O. *Crise Global: uma abordagem do período de 2007 a 2012*. Porto Alegre: Ed. Pradense. 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2011. *FMI está pronto a ajudar Portugal pela 3.ª vez, diz porta-voz*. 2011. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1824377 Acesso em: 24 fev. 2015.

DIÁRIO DIGITAL. *Realizaram-se 579 Manifestações em Lisboa, 1,5 por dia, no Ano Passado*. 2013. Disponível em: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=620476 Acesso em: 13 mar. 2015.

EXPRESSO. *FMI Não Larga Portugal Até 2021*. 2014. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/fmi-nao-larga-portugal-ate-2021=f866858#ixzz3SIZMKIGd> Acesso em: 25 fev. 2015.

FAGIANI, C. C. *Educação e Trabalho: A Formação do Jovem Trabalhador no Brasil e em Portugal a partir da Década de 1990*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. 2016.

FMI, Fundo Monetário Internacional. *Comunicado de Imprensa n.o 14/55*. 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2014/pr1455p.pdf> Acesso em: 20 mar. 2015.

FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito, In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012. p. 25- 53.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Vocational Education and Development. In. UNESCO. *Internacional Handbook of Education for Changing World of Work*. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. Disponível em:file:///C:/Users/Fabiane/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto[1]%20(4).pdf . Acesso em: 10 jan. 2013.

G1, 2015. *MEC diz que esgotou a verba para novos contratos do Fies em 2015*. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/mec-diz-que-esgotou-verba-para-novos-contratos-do-fies-em-2015.html> Acesso em: 04 mai. 2015.

GRANEMANN, S. *Fundações Estatais: Projeto de Estado do Capital*. 2008. Disponível em: <http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/08/fundacoes-sara-granemann.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HISTORIANET. *A Dívida Externa Brasileira*. 2015. Disponível em:<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=211> Acesso em: 25 fev. 2015.

HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 20, No. 2/3, p. 93-109.1995. Disponível em:http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1824377 Acesso em: 24 fev. 2015.

IANNI, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. 9 ed. Rio de Janeiro. 2001.

IDB, Inter-American Development Bank. *Project to Improve Quality and Expand Coverage of the Manaus Municipal Public Education System (PROEMEM)*. 2014. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39274452> Acesso em : 17 mar. 2015.

IDB, Inter-American Development Bank. *Strategy on Social Policy for Equity and Productivity*. 2011, p. 36. Disponível em:<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35802223> Acesso em: 18 Mar. 2015.

IDB, Inter-American Development Bank. *Project Details*. 2015. Disponível em: <http://www.iadb.org/en/projects/advanced-project-search,1301.html?yearo=&financingover=&status=§or=&country=BR&cofinancing=&topic=EDUC&subsector=&esic=&financingunder=&financialprod=&yearfrom=&projecttype=&query=&fund=&adv=true&fincurrency=&projectnumber=>. Acesso em: 02 mar. 2015.

IMF. International Monetary Fund. *Cooperation and reconstruction (1944–71)*. 2015. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm> Acesso em: 14 fev. 2015.

IMF. International Monetary Fund. *Portugal: Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Fund Facility*. 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11127.pdf> Acesso em: 24 fev. 2015.

LEI Nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/legislacao/legislacao-2005/87-lei-n-11-096-de-13-de-janeiro-de-2005> . Acesso em: 10 agos. 2015.

LEI ORDINÁRIA n. 10260, de 12 de Julho de 2001. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTreeview&cod_menu=1315&cod_modulo=85 . Acesso em: 11 agos. 2015.

LÉNINE, V. I. O Estado e a Revolução. In: _____. *Obras escolhidas*. Vol. 2, p. 219 a 305. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LIMA, A. B. Dez anos de LDB – anos de contínua reforma educacional. In: SILVA, Maria Vieira e MARQUES, Mara Rúbia Alves. *LDB – balanços e perspectivas para a educação brasileira*. São Paulo: Alínea, 2012. P. 52-59.

LUCENA, C. A.; FRANÇA, R. L. O Plano Brady, a dívida externa e o neoliberalismo na América Latina. In.: PREVITALI, F. S. (Org.) *Novos Contornos de Trabalho, Educação e Alienação no Século XXI*. SP: Xamã, 2013. p.71 a 84.

MARX, K; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Instituto José Luis e Rosa Sundermann: São Paulo. 2003.

MASCARO, A. L. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo. 2013.

MELLO, A. I. L. John Lock e o Individualismo Liberal. In.: WEFFORT C. F. (Org.) *Os Clássicos da Política 1*. 14.ed. SP: Ática, 2011.

MORAES R. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educação e Sociedade*. N. 80, v. 23, ed. especial 2002, 2002 p. 13-24.

PEDRAS, G. B. V. História da dívida pública no Brasil de 1964 até os dias atuais. In: SILVA, A. C. et al. (orgs). *Dívida Pública: A Experiência Brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009. p. 57-80.

PREVITALI, F. S. “Aspectos Teóricos e Estudos Empíricos”, In: SCOCUGLIA, A. et al. *O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital*. Curitiba: CRV Editora. 2011. p. 35-84.

PREVITALI, F. S. et al. Globalização, Relações Interfirmas e Trabalho no Século XXI. *História e Perspectivas*, Uberlândia (46): 181-208, jan./jun. 2012.

PROUNI. Programa Universidade para Todos. *Representações Gráficas*. 2015. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas> . Acesso em: 10 agos. 2015.

RAIMANN, E. G. *Concepções de Trabalho e Profissionalização Docente: Sua Redução à Ação Empreendedora*. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. 2014.

SANFELICE, J. L. Transformações no Estado-nação e Impactos na Educação. In.: LUCENA, C.(org). *Capitalismo, Estado e Educação*. Campinas, SP. Alínea, 2008, p. 65-84.

SILVA, A. C. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA, A. C. et al. (orgs). *Dívida Pública: A Experiência Brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009. p. 33-56.

SILVA, M.A. O Consenso de Washington e a Privatização na Educação Brasileira. *Linhas Críticas, Brasília*, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

VARELA, R. Ruptura e Pacto Social em Portugal (1974 – 2012), In: PREVITALI F. S. (Org). *Novos Contornos do Trabalho, Educação e Alienação no Século XXI*. São Paulo: Xamã. 2013. p. 49 – 70.

WBG, World Bank Group. *Education Strategy 2020. Learning for all. Investing in People’s Knowledge and Skills to Promote Development*. 2011. Disponível em:http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Education_Strategy_4_12_2011.pdf Acesso em: 5 fev. 2015.

WEFFORT, F. C. (Org.). *Os Clássicos da Política 1*. 14.ed. SP: Ática 2011.